

Rosa de Carvalho Alvarenga e Honório Pereira Barreto

A história de outra parceria, desta vez entre mãe e filho, serve para analisar o empreendimento afro-atlântico numa perspetiva comparativa e cronológica.

Claras distinções entre a condição e a iniciativa feminina e masculina podem ser feitas no seio dos gan mercantis de Cacheu e de Ziguinchor — ao norte, localizado na região de Casamance, no rio do mesmo nome — do século XIX. Também neste caso, sabemos mais sobre o homem do que sobre a mulher aqui referidos, mas há pouca dúvida sobre a autoridade de um e de outra. Tal como ocorreu com sua ilustre antecessora, Nha Bibiana, os dados biográficos são poucos e esparsos: enquanto muito se sabe sobre seu marido e filho, nenhum dado concreto sobre seu nascimento e morte foi encontrado. Presumimos que ela tenha nascido em algum momento do último quartel do século XVIII, e falecido em meados dos anos 1850.

Em termos de status social, Dona Rosa de Carvalho Alvarenga, também chamada de Dona Rosa de Cacheu ou, mais afetuosamente, de Nha Rosa, descende do mais preeminente gan do presídio de Ziguinchor. O uso do termo “dona”, nas fontes portuguesas, indica sua inclusão na classe dos “notáveis” locais, intimamente associados com a administração e o comércio. A povoação tinha sido erigida em meados do século XVII, por uma administração desejosa de estender o seu raio de ação para o lucrativo comércio do rio Casamance, a norte de Cacheu.

O clã Alvarenga, originário das ilhas de Cabo Verde pela linha masculina, controlava, praticamente, a administração da cidade militar desde meados do século XVIII. Seu pai, Manuel de Carvalho Alvarenga, era o comandante de Ziguinchor na virada para o século XVIII. Tal como todos os altos funcionários, ele também atuava no comércio de escravos, cera de abelha, arroz, sal e marfim, que eram trocados por ferro, armas, pólvora e aguardente. Na linha feminina, a autoridade do clã estava baseada em laços de parentesco e clientelismo com as comunidades Banhum/Kasanga e Felupe/Djola, que habitavam a região de Casamance. Estes eram, respetivamente, os principais fornecedores de escravos, cera de abelha e arroz da região. Junto com os escravos obtidos dos Soninké/Mandinga, no interior, e dos Bijagó, nas ilhas da costa, o gan Alvarenga tinha acumulado considerável experiência, influência e riqueza.

Nascida no final do século XVIII, Nha Rosa ficou viúva em 1829. Seu falecido marido, João Pereira Barreto, tinha sido um oficial militar cabo-verdiano. Filho de um padre cabo-verdiano e uma escrava guineense, possivelmente de origem Felupe, tinha comandado postos nas administrações de Ziguinchor e Cacheu, e estabeleceu uma rede de relações de patronagem com as comunidades africanas vizinhas, incluindo os Felupe/Djola e Pepel.

Em 1814, ele liderou uma revolta contra o então comandante de Cacheu, que foi deposto em nome do povo deste lugar sob a acusação de insanidade. O “golpe”, que colocou um triunvirato no controle da cidade, foi, ao contrário da intervenção de Bibiana, posteriormente justificado numa investigação oficial. Os relatórios oficiais reconhecem a sua autoridade, que era “bem merecida e [que tinha] hereditária influência com as nações gentias”.

Na época, ele era o rico proprietário da maior casa comercial de Cacheu. Quando viajou para as ilhas de Cabo Verde por razões de saúde, foi acompanhado por “sua mulher, a

família constante de trezentos pessoas”, a maioria das quais eram escravos e serviçais domésticos.

Ao morrer, deixou terras na Guiné, Cabo Verde e Brasil, além de uma casa em Lisboa para sua esposa, que veio a se tornar a mais poderosa comerciante das regiões de Cacheu e Ziguinchor. Sua irmã, Josefina, nascida em Cabo Verde, casou-se duas vezes, em ambas com oficiais militares que detinham postos-chaves na Fazenda Real.

O filho de Nha Rosa, Honório Pereira Barreto, nasceu em Cacheu em 1813 e, quando da morte do pai, foi chamado de volta à Guiné, de Portugal onde estava estudando, a fim de tomar o lugar daquele nos negócios da família. Juntos, mãe e filho determinaram o destino da companhia comercial criada pelo marido e pai, e desempenharam um papel dominante nos assuntos administrativos da região. Tal como no século XVII, o controle do governador português estabelecido em Cabo Verde, cuja jurisdição incluía as cidades e guarnições guineenses, era fraco ou quase inexistente.

Assim, a combinação entre a fama inquestionável de Nha Rosa, baseada numa sólida associação de parentesco e empreendimento, e o papel de seu filho na débil administração guineense, emergiu com força na primeira metade do século XIX. Elementos centrais para indicar o estado das relações de poder na época são o envolvimento de Nha Rosa na produção agrícola para exportação na Guiné e Cabo Verde; a sua influência sobre os governantes africanos e comunidades kriston; a sua ação como mediadora de conflitos; o seu pedido para obter a custódia legal de seus dois filhos; a meteórica carreira de seu filho na administração do entreposto e, finalmente, o envolvimento de seu filho, e dela própria, no tráfico de escravos. As fontes deixam claro que as operações comerciais de Nha Rosa incluíam uma plantação, então chamada ponta, a primeira deste tipo na região, onde escravos eram empregados no cultivo de arroz: “A fazenda de D. Rosa de Cacheu, no Poilão de Leão, é a única que existe no limite da Guiné Portuguesa”.

A importância do arroz pode ser ilustrada pelo fato de que Cacheu, assim como Ziguinchor, dependiam inteiramente da importação deste produto da região circunvizinha, e que Gâmbia (isto é Bathurst), recém tornada um estabelecimento britânico, estava, entretanto, atraindo o grosso do comércio da região, criando, assim, novos mercados e incentivando o cultivo do arroz como cultura de renda. Embora sua localização seja conhecida, pouca informação é fornecida sobre a própria ponta.

Informações baseadas em rumores dão conta de que era uma “uma grande fazenda que diziam estar bem cultivada”. A área era conhecida pela existência de “habitações e campos de arroz” de comerciantes de Cacheu.

Muitas fontes falam da localização e sobre a produtividade da plantação de Nha Rosa, embora ninguém, aparentemente, tenha-a visitado pessoalmente. Há, na verdade, boas pistas neste silêncio. O fato de que a dita ponta, que ela presumivelmente “comprara” dos Banhun, estava localizada num riacho (o Saral) que liga os rios Cacheu e Casamance, numa área que escapava ao controle da administração portuguesa, e que era insistentemente rotulada como uma rota de contrabando, ilustra sua importância estratégica. A mesma área tinha, na verdade, sido o lugar de povoamentos comerciais como o de São Felipe e Buguendo, importantes centros do comércio afro-atlântico nos séculos XVI e XVII. Localizada em território Banhun, seus trilhados caminhos eram bem conhecidos de muitos comerciantes baseados em Cacheu, tais como Nha Bibiana. No século XIX, a reputação da área revela a importância das relações de parentesco com as comunidades locais, que controlavam o acesso à mesma.

Como pontuou um contemporâneo, “apesar de ser este caminho mais comum e cômodo, por ser mais perto, não se pode ir sem algum perigo das perseguições dos pretos, de modo que é preciso pagar-lhes para atravessar as suas terras, como também para carregarem as fazendas, fato e tudo o que qualquer quer levar”.

Significativamente, o acordo era feito com os Banhun cujo poder e controle territorial estavam, na época, muito reduzidos, já que o seu auge tinha ocorrido em época anterior ao contato afro-atlântico. O pai de Nha Rosa mantivera excelentes relações com o “rei” Banhun de Jame (ou Jami), situado num riacho que vinha de Ziguinchor, e que era então, assim como no tempo de Nha Bibiana, uma importante fonte de escravos e cera de abelha na região, onde Bibiana chegou a morar. Os paralelos com os episódios do passado são, certamente, notáveis, também em relação aos frequentes casamentos mistos entre oficiais-comerciantes vindos de fora e mulheres de descendência Banhun.

Tais laços ofereciam vantagens para ambos os lados, assegurando um fluxo contínuo de mercadorias baseado no acesso privilegiado às provisões, e reforçando a confiança e as obrigações mútuas que determinavam o sucesso comercial. Mobilidade social e espacial eram importantes na região, que era conhecida por sua duvidosa segurança, por causa dos ataques dos nativos, ou gentios, sobre as embarcações, raptando as tripulações. Devido aos avanços franceses sobre a região na tentativa de estabelecer uma posição segura e tomar parte no comércio, estas alianças eram, então, encaradas pelas autoridades portuguesas numa perspectiva nacional: “A conservação d’este ponto se deve realmente ao Sr. Honório e a sua mãe D. Rosa, senhora muito rica, natural d’aqui, que exerce grande influência sobre os pretos” .

Por “pretos”, esta fonte entendia não somente os governantes africanos, mas também as comunidades kriston vivendo no povoamento e ao seu redor, que formavam a espinha dorsal do comércio litorâneo e conduziam as transações com o interior. A comunidade de Cacheu era vista como sendo mais bem comportada do que sua contraparte mais rebelde, a cidade comercial de Bissau, e relações pacíficas eram mantidas com os Pepel, em cujos tchon Cacheu estava localizada, tudo isto graças à presença de Nha Rosa. Como resultado disto, ela e seu filho, Honório Pereira Barreto, capturaram a imaginação dos cronistas e historiadores portugueses e cabo-verdianos, em busca de ícones dos centenários e míticos elos “lusso-africanos” para reforçar as reivindicações territoriais portuguesas. Este aspeto foi, mais tarde, explorado durante a ditadura nacionalista do Estado Novo (1926-1974), quando alguns começaram a descrevê-la como a chefe do gan Alvarenga: “A preponderância dos Alvarenga transmitia-se de tal modo, que Rosa de Carvalho era conhecida pela designação de Rosa de Cacheu, e cegamente acatada a sua autoridade pelos indígenas”.

Imbuído de fortes tons nacionalistas, seu grande prestígio entre os africanos, tanto “gentios” como “cristãos”, foi exaltado, sendo ela, ainda, descrita como uma “senhora de cor, de grandes virtudes” com “qualidades de honradez”. Suas ações e as de seu filho foram sistematicamente colocadas numa perspectiva “lusocêntrica”, a fim de contrastar com as investidas francesas e inglesas na região da Senegâmbia na época. Curiosamente, estes elogios emularam aqueles contidos no enciclopédico estudo publicado pelo historiador cabo-verdiano Senna Barcelos, escrito na virada para o século XX, quando se desenrolavam as campanhas militares portuguesas que levariam à criação do estado colonial na Guiné, conforme demonstra o trecho: “Esta senhora, de côr, dominava as tribos da Guiné, os régulos eram seus vassallos e por isso nos nossos domínios de Cacheu, Ziguinchor e Farim os gentios prestavam a mais cega obediência às autoridades”.

Isto demonstra claramente a mudança de atitude em relação a gênero, parentesco e cor, impelida pela necessidade de aliados e pelo crescente sentido de nacionalidade. Suas operações comerciais iam além da Guiné e se estendiam para a ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde, que, afinal de contas, era a terra natal da linha masculina de sua ascendência, que lá possuía “morgadios”. Pedidos de passaporte para viajar às ilhas de Cabo Verde, feitos ao governador português baseado no arquipélago, eram imediatamente atendidos, sem hesitação. Suas afinidades com as ilhas assoladas pela fome são, também, evocadas quando subscreve, junto com outros membros do gan Barreto, um pedido de auxílio em meados dos anos 1850.

Nha Rosa negociava diretamente com escravos, arroz e cera de abelha, mas também com importantes mercadorias de troca, tais como os panos de algodão, chamados “bandas”, produzidos nas ilhas, além de tabaco e pólvora, que circulavam como moeda de troca local. Sua influência estendia-se para o universo político em razão das posições administrativas ocupadas por seu marido e seu filho, mas também como decorrência dos laços que mantinha com as comunidades estrategicamente localizadas no litoral, tais como os Bañun/Kasanga, Felupe/Djola e Pepel. Ela foi chamada muitas vezes, tanto pelas autoridades portuguesas quanto guineenses, para mediar conflitos nas praças de Ziguinchor, Cacheu e Farim, e não hesitou, sempre que necessário, em usar o seu exército de escravos. Um dos exemplos desta ação de Nã Rosa foi a sua mediação entre as aldeias Pepel da área de Cacheu e as autoridades da cidade, a pedido destas, em 1825 .

Ao eliminar os impedimentos ao livre exercício do comércio na região ela, naturalmente, era uma das principais beneficiárias de tais apaziguamentos. Que sua influência política era sentida através da região norte da Guiné-Bissau e Senegâmbia, incluindo Casamance, é algo que também fica patente nas fontes francesas.

Mas, notavelmente, a prioridade é dada à carreira meteórica de seu filho, Honório Pereira Barreto, que Nha Rosa promoveu de forma determinada. Ele pôde gozar largamente da influência de sua linhagem paterna, mas sobretudo da materna; pois a própria posição proeminente de sua mãe como comerciante afro-atlântica foi decisiva para o sucesso de suas aventuras comerciais. Ao mesmo tempo, os serviços prestados por seu pai na administração local muito o ajudaram em sua carreira política. No que tange ao universo privado, os dados também indicam a ocorrência de mudanças nas percepções e práticas. Com a morte de seu marido, Nha Rosa submeteu um pedido formal a Lisboa para obter a guarda de seus dois filhos, Honório e Maria, que foi provisoriamente garantida. Os documentos incluem testemunhos de moradores de Cacheu, acerca da sua capacidade para educar os filhos. Aqueles que atestaram sua responsabilidade moral e civil declararam, inequivocamente, “pela a conhecer ha muitos anos, ser ela muito capaz e suficiente para a boa e fiel administração dos bens de seus filhos, porquanto é assas público e notório a atividade, zelo e inteligência com que tem portado negócios dos seu casal e na boa educação dos seus filhos” .

Inquirida sobre o assunto, Nã Rosa declarou que ela não só renunciava a todos os direitos e privilégios que a viuvez podia assegurar pela lei portuguesa, mas “que obrigava todos os seus bens presentes e futuros pela boa e zelosa administração dos seus filhos, e para que hipotecava os seus mesmos bens” (ibidem). Este foi um dos primeiros casos nos quais tais direitos foram formalmente garantidos para um cidadão nascido na Guiné, e é particularmente significativo o recurso à lei portuguesa por uma viúva, como meio para assegurar direitos paternos, não só demonstrando o seu controle sobre os negócios da família como a extensão dos seus recursos materiais.

A parceria estratégica entre mãe e filho, no âmbito comercial e político, permitiu a Nha Rosa e aos seus sucessores obterem contratos chave da administração. Um dos grandes prêmios foi o contrato para “arrematação” das alfândegas de Cacheu, Bissau e Bolama em 1845. O citado contrato tinha sido, previamente, entregue a uma das principais casas comerciais guineenses, dirigida por uma sociedade rival, estabelecida em Bissau, formada por Aurélia Correia e Caetano José Nozolini. Todavia, este último tinha oferecido “condições inaceitáveis” a uma proposta alternativa. A doação que Honório Pereira Barreto tinha feito, no mês anterior, à coroa portuguesa, dos contratos para o direito de estabelecimento que ele tinha celebrado com vários chefes africanos no rio Casamance, provavelmente também teve influência na decisão da coroa de outorgar-lhes a mencionada “arrematação”.

No contrato, Nha Rosa e seu filho são designados como “moradores proprietários” de casa comercial baseada em Cacheu. Nas fontes contemporâneas, são elogiadas as habilidades de barganha que seu filho empregava nas negociações com vários chefes locais, de diversas comunidades nativas da região, bem como a sua capacidade para atrair investidores estrangeiros. É indicativo de seu status o fato de que comerciantes ingleses, belgas e franceses tenham-no escolhido “como o único árbitro em todas as questões que podiam surgir com o governador geral de Cabo Verde”, isto é, com Joaquim Pereira Marinho, com o qual ele mantinha relações cordiais.

Os tratados assinados com as tabancas (kriol: aldeia ou perímetro cercado) Banhun do rio Casamance, perto de Ziguinchor, e com os régulos Pepel na vizinhança de Cacheu assim como os negociados com os Biafada e Bijagós, mostram o quanto a rede de parentesco e clientelismo que ele cultivou devia-se à sua ascendência materna e educação, como era então reconhecido: “Este senhor, um filho do país, exerce sobre os povos gentios uma extraordinária influência conhecendo os seus usos e costumes, e até a própria linguagem, acatando diplomaticamente os seus prejuízos. Distribuindo com largueza seus haveres, e estudando com extrema finura seus caprichos e interesses pode, ao seu bel prazer, entre aqueles povos atear a guerra, ou conseguir a paz”.

Sua reputação de “patriota português”, que ele mesmo, “um escuro e obscuro Africano”, cultivou, era, todavia, acompanhada por uma dura atitude crítica acerca da estreiteza de visão da política portuguesa diante da expansão francesa na região.

Obviamente, a opinião franca de um comerciante guineense em relação aos seus superiores em Cabo Verde e Lisboa, que reclamavam a soberania sobre a região, provocou reações díspares. Visto como “a pessoa mais instruída de toda a nossa Guiné”, ele foi o primeiro governador a publicar suas opiniões e queixas num ensaio muito citado. É uma devastadora acusação, feita por um guineense que enxerga a lastimável condição das poucas “possessões portuguesas” em meados do século XIX: “Desgraçadamente, se pode dizer que nestas possessões há um governador, e comandante, mas que não há governo. O país está inteiramente desorganizado. Todos os empregados, desde o primeiro até o último, ignoram quais são seus deveres, só tratam de seus negócios, pois são negociantes”.

Embora ele, claramente, reconheça as relações desiguais de poder na região, mostra pouco respeito pelo modo de vida de seus moradores: Os estabelecimentos são cercados por gentios mais ou menos insolentes, mas que geralmente dominam os Portugueses (..) Dos gentios vizinhos aos nossos estabelecimentos vem os sustentos (..) Os habitantes, à exceção dos poucos notáveis, seguem os costumes dos gentios, de que descendem (..) São preguiçosos, indolentes, inertes, e a nada se querem aplicar; podendo, se quisessem, levar a grande escala a agricultura,

pois o terreno é fecundo (...) Não tem ideia alguma de moral, nem de virtude sociais; mamam o leite da devassidão, vivem brutalmente e morrem quase sempre cheios de moléstias venéreas.

Quanto mais fala do papel de Lisboa, mais claro o documento se torna: “Nomeado um governador, não por suas virtudes e talentos, mas pelo partido que segue, é logo julgado infalível e santo (...) o governador é agraciado, antes de exercer seu cargo pelos serviços que há de fazer, e é agraciado depois pela participações que deu, sem o governo procurar saber se são ou não verídicas” e vai além, ao afirmar que a “má qualidade de gente que da Europa vem para estas Possessões, é uma das causas do atraso da civilização delas. Degradados por crimes infames, e homens da mais baixa classe do povo, e que apenas aqui chegados passam a ser notáveis e até oficiais, não podem introduzir bons costumes; antes, pelo contrário, adotam os de cá, porque favorecem a sua imoralidade.”

Apesar disto, as fontes portuguesas o elogiam por seu alegado patriotismo e filantropismo. Honório Pereira Barreto, segundo elas, era dono de “uma das casas comerciais desta província; a que possui talvez mais numerário e a que tem mais crédito nas suas transações e que o mesmo coronel é o único cidadão desta província que faz sacrifícios pecuniários ao governo sem interesse algum próprio”.

Outros elogiavam sua “real inteligência e patriotismo”, assim como seu “acrisolado patriotismo [ao qual] se deve a conservação de alguns dos nossos estabelecimentos da Guiné”.

As razões para tais elogios são patentes: sem nenhum controle efetivo sobre a região, a coroa portuguesa tinha de confiar na iniciativa daqueles que estavam preparados para ocupar postos na administração local e podiam reivindicar certa autoridade diante das populações locais. Honório Pereira Barreto atribui, enfaticamente, a um preconceito de cor o fato de que seus repetidos apelos não eram levados a sério em Lisboa. Amargamente, reclamava que “parece que a minha cor tem sido o único motivo de não serem atendidos minhas participações, com quanto eu julgue que a verdade e o patriotismo não tem cor”.

Negociando intensivamente com dignitários africanos acerca de direitos de terra e tratados de paz, ele criticava aqueles que condenavam essa sua política, pois “julgam que o negro é igual ao macaco”.

A despeito do fato de que os habitantes da região estavam sendo seduzidos por nações rivais, os portugueses só os viam como “pretos”. Em seus prolíficos escritos como oficial militar ele fez algumas referências diretas à sua mãe, que respeitosa chamava de “Dona Rosa Carvalho d’Alvarenga”.

Nestes escritos, mostrou grande admiração por ela e pelo gan Alvarenga: “Pela Guiné hei sacrificado minha fortuna, minha saúde, e o que mais é o bem estar da minha família, que idolatro”.

Mas alguns dos aspectos menos palatáveis — por exemplo, aqueles associados ao tráfico de escravos, que era regulado nos tratados entre as nações europeias da época da Conferência de Viena — foram convenientemente omitidos pela historiografia oficial. Os acordos de mãe e filho como comerciantes (de escravos) privados foram completamente obscurecidos por sua carreira política. A evidência de que eram traficantes está contida nos relatórios da comissão anglo-portuguesa encarregada de supervisionar o cumprimento dos tratados que visavam abolir a exportação de escravos da África Ocidental. Eles demonstraram que, a despeito de Honório Pereira Barreto, no final de sua carreira, ter tomado medidas favorecendo a alforria e abolição do tráfico de escravos, ele

e a sua mãe tinham traficando escravos em Cacheu nos anos 1830 e ainda na década seguinte.

Documentos mostram que a escuna capturada pelas autoridades inglesas, que transportava escravos para as Bahamas, era de propriedade de Nha Rosa, e que a maioria dos escravos estava registrada em seu nome e em nome de seu filho.

Na verdade, ela tinha deixado instruções escritas para o comandante do navio sobre do que fazer com sua carga. Uma vez que os escravos foram embarcados na calada da noite, e consignados a um traficante privado (norte-americano) operando na costa, a tentativa de enganar os oficiais britânicos tornou-se clara. Por isso, a correspondência britânica sobre o assunto afirma que o estabelecimento-sede da empresa comercial da família em Cacheu “tem sido frequentemente indicado (...) como um bem notório mercado de escravos”.

A despeito do declínio de Cacheu como entreposto de escravos durante a primeira metade do século XIX, a casa comercial Alvarenga-Barreto era, de longe, a maior proprietária de escravos da área na década de 1850. Na ocasião do primeiro censo de escravos, realizado em 1857, a casa comercial possuía 147 escravos, sendo 77 mulheres e 70 homens. O clã Alvarenga tinha 290 escravos em Cacheu e Ziguinchor, o que representava mais de um quarto de todos os escravos registrados (1085) destas localidades.

Honório Pereira Barreto possuía 61 escravos (47 mulheres e 14 homens), enquanto seus parentes pela linha paterna (os Barreto) tinham 19 escravos. Assim, juntos, eles detinham catorze por cento da população cativa. Os dois clãs controlavam mais de um terço de todos os escravos de Ziguinchor e Cacheu.

Enquanto isto, a criação de um conselho municipal em Cacheu em 1850 tinha, finalmente, implementado um decreto real que datava de 1605, e que lhe conferia os direitos de “cidade” e, portanto, uma aura de “respeitabilidade” após ter servido por mais de três séculos como porto de escravos.

Em contraste com a sua mãe, não há evidências de que Honório Pereira Barreto tenha se casado, uma circunstância interessante, convenientemente ignorada por seus biógrafos, que se abstêm de qualquer referência à sua vida privada. Uma fonte chega a admitir que “ele morreu solteiro, mas deixou descendência”.

Após o seu desaparecimento de cena, a influência e autoridade que tinha acumulado junto às sociedades africanas, e que conduziam até a mater famílias Nha Rosa, foram aparentemente ignoradas pelas autoridades de Lisboa e Cabo Verde, durante a “corrida para a África”, como reconhece um autor: “Por morte de Dona Rosa passou esse grande prestígio para o filho e depois para os descendentes. O que têm perdido, por culpa das autoridades locais, que decidiram resolver os conflitos à força de balas, de preferência à intervenção diplomática dessa família, o que seria muito mais útil à prosperidade da colônia para o aumento do comércio e desenvolvimento da agricultura”.

Os Alvarengas baseados na ilha de Santiago, em Cabo Verde, também possuíam escravos, embora em número muito menor; vide os dados do censo de escravos de 1856 em António Carreira, Cabo Verde; formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878), Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, pp. 512-20. Honório Pereira Barreto também possuía dois escravos na ilha de Santiago (Carreira “Cabo Verde”, p. 519), e parentes dos dois “gan” possuíam cerca de trinta escravos. Na época, o maior proprietário de escravos do arquipélago tinha pouco mais de 50 escravos, enquanto os ricos comerciantes da Guiné podiam possuir centenas de escravos. O número total de escravos registrados no arquipélago era de 5.182, três quartos dos quais em Santiago e Fogo.

Fonte:

Philip J. Havik. A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PARENTESCO NUM CONTEXTO COMERCIAL: UM BALANÇO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO HISTÓRICA SOBRE A REGIÃO DA GUINÉ-BISSAU SÉCULOS XVII E XIX. Afro-Ásia, número 027, Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil



Busto de Honório Pereira Barreto